



PREFEITURA DE MONTE ALTO



EDITAL Nº 168/2.024

(AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2.024

PROCESSO SA/DL Nº 214/2.024

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal –

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP

<https://pncp.gov.br/app/editais/>

UASG: 986727

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 27/09/2024

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 21/10/2024, às 9:00 horas (horário de Brasília).

PREÂMBULO

A Sessão Pública de processamento do pregão eletrônico será realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, às 9:00 horas (horário de Brasília) do dia 21 de outubro de 2.024 e havendo a necessidade de prorrogação a Pregoeira definirá o horário de início da segunda sessão.

A reunião será conduzida pela Pregoeira, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Portal de compras do Governo Federal.

Todas as informações e esclarecimentos a respeito do presente Edital poderão ser obtidos no site do Portal de Compras do Governo Federal, <https://www.gov.br/compras/pt-br/> referente ao presente pregão eletrônico, nos campos próprios disponíveis.

Qualquer alteração ulterior será disponibilizada nas páginas da Internet www.montealto.sp.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

A Prefeita do Município de Monte Alto torna público que se acha aberta nesta Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ sob nº. 51.816.247/0001-11, com sede administrativa à rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, nº. 1.390, licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço, do modo aberto e fechado, abrigado nos autos do Processo Administrativo nº 214/2.024, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Todos os procedimentos do presente certame obedecerão a Lei federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2.021, o Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2.023.

As propostas deverão atender todas as exigências e especificações constantes deste edital e dos anexos que dele fazem parte integrante.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2.024 - PROCESSO SA/DL Nº 214/2.024 – FLS 1



Integram o presente edital:

Anexo I	- Modelo de Proposta Comercial;
Anexo II	- Termo de Referência;
Anexo III	- Relação dos Materiais Passíveis de Apresentação de Catálogo
Anexo IV	- Minuta Contratual;
Anexo V	- Modelo de Declarações;
Anexo VI	- Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte; e
Anexo VII	- Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2.023.

A despesa decorrente da presente licitação será suportada por recurso de dotação própria na vigente lei orçamentária, com a seguinte classificação contábil:

02.07.02.10.302.0021.2158.4.4.90.52.00
Ficha Analítica nº 1084

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste pregão eletrônico a aquisição de materiais hospitalares para compor a instalação do Instituto Materno Infantil, tais como: maca ginecológica, aparelhos de pressão, estetoscópio, otoscópio, lanterna e adipômetro clínico, paquímetro digital, suporte de soro, eletrocardiógrafo, aparelho a laser portátil, tudo conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Edital.

1.2 - O presente processo de licitação seguirá as seguintes fases, em sequência: apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, resolução de recursos, caso houver, adjudicação do objeto licitado e homologação.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

2.1.1 - As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente pregão deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao sítio eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/sicaf-digital>.

2.2 - Estarão impedidas de participar as empresas que:

2.2.1 - Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração de Monte Alto, com base no artigo 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21;

2.2.2 - Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

2.2.3 - Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato,

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2.024 - PROCESSO SA/DL Nº 214/2.024 – FLS 2



ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV, do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/21;

2.2.4 - Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do inciso VI, do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/21;

2.2.5 - Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.6 - Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

2.2.7 - Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

2.2.8 - Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

2.2.9 - Que constar qualquer impedimento de contratar com a Administração pública no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

2.3 - A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Portal de Compras do Governo Federal, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema Compras.gov.br, relativos ao pregão eletrônico.

2.4 - A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da chave e senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

2.4.1 - Em caso de perda ou quebra do sigilo da chave de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.5 - Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.6 - O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.



3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, e dar-se-á pela atribuição, pelo órgão provedor, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.2 - O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

3.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou à Prefeitura de Monte Alto, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de suas credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas

4 - DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá encaminhar a proposta, com a descrição do objeto ofertado e preço, por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2 - O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

4.4 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou por sua omissão quando chamado à manifestação via “chat”.



4.6 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

4.7 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.7.1 - Preço unitário e total do objeto, incluindo todos os custos para a garantia da entrega do produto, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as características constantes do Anexo II, deste Edital.

4.7.2 - Descrição detalhada do objeto, conforme especificações previstas no Termo de Referência.

4.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.9 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto a ser contratado por este Edital.

4.9.1 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

4.9.2 - Não será admitida cotação de mais de uma marca e quantidade inferior prevista neste Edital.

4.9.3 - Quando se tratar de marca que possa identificar o licitante, deverá colocar no campo próprio os seguintes dizeres: "marca própria".

4.9.4 - As empresas licitantes detentoras dos menores preços para os itens relacionado no Anexo III, deverão apresentar **catálogo ou folder ou manual de instruções do fabricante** dos materiais ofertados, em português ou traduzido, contendo informações técnicas, que demonstre o atendimento às especificações mínimas solicitadas nas descrições contidas no Anexos II, deste Edital;

4.9.4.1 - Não serão admitidas ofertas de materiais e equipamentos fora das especificações do objeto licitado, sob pena de desclassificação da proposta.

4.10 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.11 - Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.12 - O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.



5 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1 - Será exigida apresentação dos seguintes documentos de habilitação, apenas pelo licitante vencedor:

5.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Demonstração da capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, por meio da comprovação de sua existência jurídica, através dos seguintes documentos, conforme o caso:

b) Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sociedades mercantis e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação.

5.1.2 - Quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:

a) Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de certidão ou atestado expedido necessariamente em nome do licitante que demonstre o fornecimento de materiais hospitalares;

a.1) Só serão considerados válidos os atestados em papel timbrado, com identificação do nome e endereço do emissor. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física, devidamente identificada com o nome, cargo exercido, números de telefone e/ou de correio eletrônico para contato, estando as informações sujeitas à conferência pela Pregoeira.

a.2) O documento de comprovação da capacidade técnica poderá ser objeto de diligência, a critério da Pregoeira, para efeito de complementação das informações ou para atestar sua fidedignidade.

5.1.3 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade para com as fazendas: Federal (incluindo as contribuições sociais) e Estadual, ou outras equivalentes, na forma da lei;

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;



e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

5.1.3.1 - Para efeito de prova de regularidade fiscal, social e trabalhista serão admitidas certidões positiva de débitos, com efeito de negativas.

5.1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

5.1.4.1 - certidão negativa de falência expedida nos últimos 60 (sessenta) dias, anteriores à data da realização da sessão pública eletrônica da concorrência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.1.5 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.2 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

5.3 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

5.4 - Declarações subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado conforme modelo mostrado no Anexo V, deste Edital, atestando que:

a) Nos termos do inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

b) Estar ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto à Prefeitura de Monte Alto, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas através do sítio oficial da Prefeitura e no Diário Oficial do Município de Monte Alto;

c) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra;

d) que os materiais e equipamentos ofertados estão de acordo com as especificações mínimas descritas no Anexo II, que examinou criteriosamente o objeto licitado em todos os seus detalhamentos, que tem pleno conhecimento das especificações dos materiais e equipamentos ofertados e está ciente da obrigação de entregar os materiais e equipamentos nas especificações descritas no Anexo II, ciente que caso os materiais e os equipamentos no momento da entrega não atender as exigências editalícias estará sujeito à aplicação de penalidades e sanções previstas no Edital;

e) que se responsabiliza pelo transporte e pela manutenção da qualidade física dos materiais e equipamentos, até a sua entrega;



f) Estar ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item Compras.Gov mais semelhantes ao descrito no Anexo II. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos;

g) De que conhece a obrigação de assinar o Contrato Administrativo, no caso de ser adjudicatária do objeto da licitação, no prazo definido no Edital e que tem pleno conhecimento das sanções previstas no inciso VI, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº. 4.645, de 27 de julho de 2.024, em caso de descumprimento da formalização do documento;

h) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 - Para a comprovação de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, as licitantes deverão apresentar:

5.5.1 - Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VI, deste Edital;

5.5.2 - quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

5.5.3 - quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

5.6 - Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório ou por consulta pública em sítios eletrônicos de instituições expedidoras ou que a sua autenticidade seja feita por agente da Administração municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

5.7 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

5.8 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

5.9 - Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão, acarretará a inabilitação da proponente.

5.10 - A Pregoeira, a seu critério, diligenciará efetuando consulta direta na Internet nos “sites” dos órgãos expedidores para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

6 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



6.2 - A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.2.1 - A desclassificação se dará por decisão motivada da Pregoeira, observado o disposto no artigo 59, da Lei Federal nº 14.133/21, fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.5 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do objeto.

6.6 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.6.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 0,01 (um centavo);

6.6.2 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

6.7 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.8 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado.

6.9 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que, em até 5 (cinco) minutos, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final, sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



6.10 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.10.1 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar, em até 5 (cinco) minutos, um lance final e fechado, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11 - Poderá a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.12 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13 - No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.13.1 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no portal de Compras do Governo Federal – “Compras.gov.br”.

6.14 - O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário dos materiais e equipamentos, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.15 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.16 - Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte, procedendo, à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.

6.16.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez



por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.17.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.17.1.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.17.1.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.17.1.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.17.1.4 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.18.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19 - Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida.

6.20 - Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.21 - O licitante detentor da melhor oferta, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação efetuada no sistema eletrônico, deverá encaminhar:

6.21.1 - **Catálogo ou folder ou manual de instruções do fabricante** do produto ofertado, conforme subitem 4.9.4, deste Edital.



6.21.2 - Sua proposta final deverá ser formulada nos termos do Anexo I – Modelo de Proposta Comercial, ser redigida em língua portuguesa em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal, com a indicação do nome ou razão social da proponente, nº do CNPJ, endereço completo telefone, e-mail, bem como o nome e nº do RG de seu representante legal; conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante detentor da melhor proposta, para fins de pagamento.

6.22 - A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.22.1 - O prazo estabelecido pela Pregoeira poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pela Pregoeira.

6.23 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

6.23.1 - Contenha vício insanável ou ilegalidade;

6.23.2 - Não obedeça às especificações contidas em edital;

6.23.3 - Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.23.4 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.23.5 - Que omitir o manual de instrução ou catálogo ou folder dos materiais e equipamentos ofertados e passíveis de apresentação ou cujas descrições sejam incompatíveis com o Anexo II, deste Edital.

6.23.6 - Apresentar preço final superior ao orçamento estimado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.23.6.1 - Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.23.6.2 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21.

6.24 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



6.25 - Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

7.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 - SICAF;

7.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

7.1.3 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

7.1.4 - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

7.1.5 - Relação de empresas apenadas pelo Governo do Estado de São Paulo;

7.1.6 - Relação de empresas apenadas pela Administração Municipal de Monte Alto.

7.1.7 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.8 - Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2 - O julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) A habilitação dos licitantes será verificada por meio da apresentação dos documentos relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica exigidos na Cláusula Quinta, deste Edital.

a.1) A Pregoeira poderá valer-se dos documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

a.2) Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável em caso de solicitação tempestiva e justificada, contado da solicitação da Pregoeira.



b) Caso os dados e informações constantes nos documentos de habilitação ou no cadastramento no SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 5 deste Edital, a Pregoeira verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pela Pregoeira na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente por correio eletrônico a ser fornecido pela Pregoeira no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida decisão sobre a habilitação. As declarações solicitadas no item 5.5 e as comprovações de qualificação técnica, caso exigida no item 5.1.2, serão obrigatoriamente apresentadas por correio eletrônico, sem prejuízo do disposto no item 7.1, “a”, “b” e “c” deste Edital;

d) A Administração municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 7.2, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

e) a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento;

f.1) A prerrogativa tratada na alínea “f” abrange apenas a regularidade fiscal, social e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 7.2;

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame;

h) Por meio de aviso lançado no sistema, a Pregoeira informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. A Pregoeira deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.



7.3 - A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do item 7.2 deverá comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.4 - Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do item 7.2, a sessão pública será suspensa pela Pregoeira, observados os prazos previstos no item 7.3 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

7.5 - Por ocasião da retomada da sessão, a Pregoeira decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 7.3, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

7.6 - Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 7.3, a Pregoeira, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.7 - Serão convocados os demais licitantes classificados para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação, quando a adjudicatária deixar de apresentar no prazo estabelecido os documentos de habilitação, nos termos do subitem 7.3, do Edital.

7.8 - A Administração municipal poderá exigir o reconhecimento de firma em documento que restar dúvida de autenticidade.

8 - DA CONTRATAÇÃO E DA GARANTIA

8.1 - Contado a partir da data da notificação publicada em resumo no Diário Oficial do Município, os fornecedores dos bens nela incluídos, terão o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para assinar o contrato administrativo.

8.1.1 - O prazo fixado no item anterior admite prorrogação apenas uma única vez, desde que por igual período e que o convocado apresente convincente justificativa até o último dia do primeiro período de tempo.

8.1.2 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato administrativo no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, nos termos do § 5º, do artigo 90, da Lei federal nº 14.133/21.

8.2 - Não será exigida a prestação de garantia contratual, conforme faculdade esculpida no artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/21.

8.3 - Se, por ocasião da formalização da ata, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por



Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, a Seção de Licitações do órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.4 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata este item, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

9 - DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

9.1 - O objeto desta licitação deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento do “Pedido de Compra”, no Instituto Materno Infantil, localizado na Rua dos Topázios, nº 555, Vila Municipal, ocorrendo por conta da contratada todas as despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes.

9.2 - Constatada qualquer irregularidade na entrega dos materiais e equipamentos, a empresa contratada, obrigará-se a trocá-los imediatamente, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou extinção do contrato administrativo nos termos legais.

9.3 - Só serão emitidos atestados de recebimento se os materiais ou equipamentos entregues estiverem plenamente de acordo com as especificações constantes deste edital e seus anexos.

10 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

10.1 - Na impossibilidade de se examinar detalhadamente os materiais e equipamentos no momento da entrega, este será recebido provisoriamente em até 5 (cinco) dias úteis da data do feito, cuja comprovação dar-se-á através de aposição de carimbo próprio em qualquer espaço da nota fiscal.

10.2 - O recebimento definitivo do objeto dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, desde que o responsável pela tarefa conclua pela conformidade e aceitação das especificações e quantidades contratadas, mediante recibo passado no verso do documento fiscal correspondente.

10.2.1 - Na hipótese de confirmação de defeitos ou divergências quanto às características dos materiais ou equipamentos contratados, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias corridos para a sua substituição, vedada a aplicação de qualquer penalidade durante esse período.

10.2.2 - Caso seja constatada diferença a menor de quantidades, o prazo máximo para a complementação será de 5 (cinco) dias, com início a partir da notificação.

11 - DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 - O pagamento pelo fornecimento do objeto desta licitação será efetuado em 30 (trinta) dias, contados a partir da efetiva entrega dos materiais e equipamentos, atestada pelo recibo de que trata o **item 10.2** anterior.



11.2 - O pagamento será processado através de ordem ou depósito bancário em conta corrente indicada pela empresa contratada.

11.3 - Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à liquidação da despesa contenham incorreções.

11.4 - A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente normal na sede administrativa da Prefeitura Municipal de Monte Alto.

11.5 - O pagamento efetuado em desacordo com o estabelecido no antecedente item 11.1, será compensado por juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró rata tempore” em relação ao atraso verificado.

11.6 - Nos termos do Decreto Municipal nº 4.655, publicado no Diário Oficial do Município no dia 4 de agosto de 2.024, que regulamenta a IN RFB 1234/2012, o Município de Monte Alto efetuará as **RETENÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO DE RENDA** incidente sobre o fornecimento de bens e prestações de serviços, conforme alíquotas dispostas na tabela anexa ao referido decreto.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Monte Alto, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 3 (três) anos, ou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº. 4.645, de 27 de julho de 2.024.

12.2 - A sanção de que trata o item anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas moratórias previstas no Decreto nº. 4.645, de 27 de julho de 2.024, integrante deste Edital, garantido o exercício da prévia e ampla defesa.

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Com até 3 (três) dias úteis anteriores da data fixada para a abertura do certame, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

13.2 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema ou através do correio eletrônico licita@montealto.sp.gov.br. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.2.1 - As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pela Pregoeira ou Unidade Requisitante no prazo de até 3 (três) dias úteis limitado ao dia útil anterior à data fixada para a abertura do certame.

13.2.2 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.



13.3 - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

13.4 - Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, a Pregoeira informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

13.5 - Havendo interposição de recurso a Pregoeira informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 3 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

13.6 - Os recursos e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.gov.br/compras/pt-br, opção "RECURSO". A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 13.5.

13.7 - A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 13.6 importará na decadência do direito de recorrer, podendo a Pregoeira declarar o vencedor do certame na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente os atos de adjudicação e homologação do procedimento licitatório.

13.8 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.2 - Os casos omissos serão solucionados pela Pregoeira e as questões relativas ao sistema, pelo Portal de Compras do Governo Federal.

14.3 - Das sessões públicas de processamento do pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pela Pregoeira.

14.4 - O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

14.4.1 - Para a Pregoeira, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

14.4.2 - Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

14.5 - Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a



Administração municipal, para a Pregoeira ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

14.6 - A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pela Pregoeira na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

14.7 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.7.1 - As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste pregão eletrônico.

14.7.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.8 - Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou pela Pregoeira, via chat.

14.9 - O resultado deste pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Portal Nacional da Contratações Públicas – PNCP, no Diário Oficial do Município e nos sítios eletrônicos: www.montealto.sp.gov.br. e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14.10 - Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

14.11 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Monte Alto.

Monte Alto, 26 de setembro de 2.024.

Maria Helena Aguiar Rettondini
Prefeita



ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2.024
PROC. SA/DL Nº 214/2.024

Apresentamos nossa proposta para o fornecimento dos materiais e equipamentos a seguir relacionados, de conformidade com as regras editalícias estabelecidas no edital pertinente:

Item	Descrição*	Quant.	Marca/ modelo ofertado	Valor unitário ofertado R\$	Valor subtotal R\$
Itens abertos à ampla participação					
1	MACA GINECOLÓGICA ELÉTRICA AUTOMATIZADA: base tubular de alta performance; pintura epóxi de alta resistência, apoiada sobre 4 rodízios duplo com freio; Braço direito e esquerdo com movimentos de abertura lateral e longitudinal; Conjunto de apoio de coxas (direito e esquerdo) com regulagem; Conjuntos de apoio de pés (direito e esquerdo) com regulagem; Encosto estruturado em alma de aço, pintura epóxi de alta resistência, carenagem envolvente em PSAI; Suporte lençol em aço tubular, sistema de mola para facilitar substituição do rolo; Perneira estruturada em alma de aço, pintura epóxi de alta resistência, carenagem em PSAI; Assento estruturado em aço, pintura epóxi de alta resistência, acabamento laterais em PSAI; Estofamento anatômico de poliuretano injetado, revestido em PVCRON revestido com PVC cristal; Apoio de cabeça anatômico estofado na cor e revestido em PVC cristal; Pedal de comando com oito funções, posição de trabalho e volta zero automático, com acionadores removíveis para assepsia; Chave geral liga e desliga bipolar. Gaveta com sistema de segurança e bandeja inox removível; Altura mínima na posição sentado: 650mm; Capacidade de elevação total: 250 kg; Largura total mínima: 0,60m; Comprimento mínimo total aberta: 1700 mm.	1			
2	APARELHO DE PRESSÃO AUTOMÁTICO DIGITAL DE BRAÇO Tipo de Leitura: Digital. Inflagem: Bomba elétrica. Desinflagem: Automática. Método de Medição: Oscilométrico. Tipo Fecho: Fecho Em Velcro. Tamanho: Adulto. Capacidade de Memória: 30 medições. Tamanho da Braçadeira: 22 a 42cm. Precisão das Medições: - Variação máxima da pressão de aproximadamente 3mm Hg - Variação máxima do pulso de aproximadamente 5% da leitura. Alcance da Medida: - Pressão de 0 a 299 mm Hg - Pulso de 40 a 180 batimentos/min. Cor: Branco.	4			
3	APARELHO DE PRESSÃO MANUAL ADULTO: PVC. Tamanho: adulto. Ajuste: Analógico, aneróide. Faixa de medição: 0 - 300mmHg. Valor	6			



PREFEITURA DE MONTE ALTO



	de uma medição: 2mmHg. Graduação mínima e máxima: 2mmHg e 304 mmHg. Tolerância: +/- 3mmHg. Braçadeira em nylon. Fecho em velcro.				
4	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL P/ OBESO: PVC. Modelo: obeso. Ajuste: Analógico, Aneróide. Tipo: de braço. Faixa de medição: 0 - 300mmHg. Valor de uma medição: 2mmHg. Graduação mínima e máxima: 2mmHg e 304 mmHg. Tolerância: +/- 3mmHg. Braçadeira em nylon. Fecho em Velcro.	3			
5	APARELHO DE PRESSÃO MANUAL INFANTIL: PVC. Modelo: infantil. Ajuste: Analógico, Aneróide. Faixa de medição: 0 - 300mmHg. Valor de uma medição: 2mmHg. Graduação mínima e máxima: 2mmHg e 304 mmHg. Tolerância: +/- 3mmHg. Braçadeira em nylon. Fecho em Velcro.	3			
6	ESTETOSCÓPIO SIMPLES (ADULTO): Tubo em "Y" em PVC. Tipo: Biauricular. Auscultador (fone/haste) em aço inox; Diafragma com membrana de PVC rígido, com anel isolante em toda borda de contato; Olivas macias em plástico de PVC; Mola em aço inoxidável.	8			
7	ESTETOSCÓPIO INFANTIL Material do Auscultador: Alumínio. Tipo: Biauricular. Tamanho: Pediátrico. Olivas: Anatômicas Borracha. Tubo em Y: Único de PVC. Diafragma: Convencional.	3			
8	OXÍMETRO DIGITAL COM SELO DO INMETRO Tipo de oxímetro: Dedo; Funções: Curva pletismográfica, PRbpm, SpO2. Tipos de alimentação: Pilha. Com sensor. Com indicador de bateria fraca: Sim. Com desligamento automático: Sim. Precisão da medição do ritmo cardíaco: 2 %. Precisão de saturação de oxigênio no sangue: 3 %. Faixa Medição Saturação: 0 A 100%. Faixa Medição de Pulso: cerca de 20 a 250 BPM.	8			
9	OTOSCÓPIO Tipo: Clínico. Modelo: Fibra Ótica, Portátil. Material da Cabeça e do cabo: Metal. Acabamento do Cabo: Recartilhado. Transmissão da Luz: Direta. Lâmpada: Halógena. Alimentação: pilhas. Reostato para controle da luz: Possui. Lente de aumento: mínimo de 3,5 vezes. Jogo De Espéculos Reutilizáveis.	3			
10	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL Material: Fabricado em Plástico ABS de alta resistência. Tipo Régua. Campo de Medição de 0 - 96cm; Dispositivo para medição de crianças na horizontal; Graduação em centímetros com Resolução em Milímetros.	3			
11	MONITOR FETAL CARDIOTOCOGRAFO MICROPROCESSADO Modelo: Para Feto Único. Ajuste: Painel Controle Digital com Tela Gráfica. Bateria interna com duração média de 4 horas estando o Monitor em uso contínuo. Interface de usuário com design moderno e de fácil interação. Alimentação Full-range: 100V – 240V +/- 10%, 50-60 Hz, Potência 70VA / 35W; Componentes: 1 Transdutor de Contração	1			



PREFEITURA DE MONTE ALTO



	Uterina Materna, 1 Transdutor Us - Frequência Cardíaca Fetal, 1 Marcador Movimento Fetal, automático e manual. Cintas e Impressora Integrada de alta definição. Papel de impressão: 112 X 100 mm; Tela do display ajustável; Frequência de trabalho do ultrassom: 1MHz +/- 1%. Adicionais: C/ Memória Interna; Variação de curto prazo (STV); Alarmes ajustáveis de monitoração para Bradicardia e Taquicardia.				
12	DETECTOR FETAL PORTÁTIL DIGITAL Material: Gabinete e transdutor confeccionado em plástico ABS. Tipo: Portátil. Display LCD; Faixa de medição de FCF: entre 30 a 240bpm; Ciclagem 6.000 a 60.000 e frequência de trabalho 2mhz ± 10%; Fonte de Alimentação: à bateria; Alarme de bradicardia e taquicardia; Controle de volume; Alojamento para transdutor na lateral do aparelho; Saída para fone de ouvido ou gravador de som; Potencia ultrassônica: 5mh/cm ² ; Potência máxima de consumo 2VA; Tipo De Análise: Ausculta Bcf, Fluxo Sanguíneo Placenta E Cordão.	8			
13	LANTERNA CLÍNICA: liga aeroespacial de alumínio. Iluminação: LED de alta performance, potência de 3V. Tom de luz amarelado. Possui conveniente clipe de bolso. LED com vida útil por mais de 10.000 horas. Alimentação: à bateria.	2			
14	ADIPÔMETRO CLÍNICO: Medidor de dobras cutâneas em Aço Inox. Montagem em aço inox polido e espelhado cirúrgico com corte feito a laser. Ponteiras (fixas) ABS. Molas em aço zincado. Operação: Analógico. Sensibilidade: 0,1 mm. Amplitude leitura: até 90mm. Pressão +10g/mm ² . Relógio de alta precisão.	1			
15	PAQUÍMETRO DIGITAL: aço inoxidável temperado de alta resistência. Possibilidade de medição externa, interna, profundidade e ressalto; Resolução: 0,01 MM; Precisão: +/- 0,05 MM. Leitura: 6 MM. Função zero em qualquer ponto; Tecla de Liga/Desliga; Indicação de bateria com carga (dígitos piscando); Com roldana para ajuste rápido; Possui parafuso de fixação; Alimentação: bateria.	2			
16	SUPORTE DE SORO REGULÁVEL, BASE E COLUNA EM TUBOS DE AÇO INOX: Construído em tubos redondos de aço inoxidável com acabamento polido. Coluna receptora da haste com diâmetro de 1 polegada com anel para evitar amassamento e desgaste da haste. 4 ganchos em forma de cruz. Base revestida em nylon com 5 pés com rodízios.	1			
17	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO: Base em tripé de tubo de aço carbono. Coluna em tubo de aço carbono. Haste em tubo de aço inox redondo. Concha em chapa de aço inox. Altura regulável por meio de manipulador e Concha com regulagem de inclinação. Pés com ponteiras plásticas. Acabamento em pintura epóxi, com tratamento anti-ferruginoso. Acompanha Capa estofada para apoio do braço.	1			



PREFEITURA DE MONTE ALTO



18	ELETROCARDÍOGRAFO 12 CANAIS: Tela de LCD colorida, de 15 a 17"com visor gráfico, para visualização simultânea dos 12 traçados de ECG. Teclado de membrana com simples operação e limpeza com botões de único toque. Memória interna para armazenamento de pelo menos 200 registros de ECG. Impressão ou transferência através de rede ethernet ou conexão USB em formato PDF. Modos: Manual, automáticos, ritmo, USB. Impressão através de impressora térmica de 12 canais. Cópia automática do último exame realizado através de botão copy. Funcionamento através de rede elétrica bivolt automático e Bateria interna recarregável de lítio com autonomia de 5 horas. Aplicação: adulto e pediátrico.	1			
Itens destinados a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte					
19	Pistola massageadora elétrica portátil com controle de intensidade, com espátulas plásticas, portátil, 7 velocidades, máximo 80DB de ruído, autonomia de no mínimo de 5 horas, bateria de lítio de 2000 MAH, maleta para transporte, mínimo de 50Hz de vibração local, 5 instrumentos de encaixe sendo um de IASTM, composto de aço inoxidável, percussão com várias frequências vibratórias.	1			
20	APARELHO COM CORRENTES TENS, FES E CORRENTE RUSSA Corrente: FES+TENS+RUSSA. Memória para gravar protocolos do usuário. 4 canais independentes e isolados. Painel com teclado suave, e display gráfico azul de cristal líquido com iluminação. Detecção de mal contato do cabo do paciente. Detecção de excesso de corrente. Alimentação: 100/220V, 50/60Hz (automático). Consumo máximo: 25VA. Fusíveis: 2,0A (250V 20AG). Proteção contra risco de choque elétrico: Classe II. Grau de proteção da parte aplicada: Tipo BF. Proteção contra penetração de água: IPX0. Acessórios: 8 eletrodos adesivos 3 x 5cm, 4 cabos para eletrodos, Cabo tripolar, Manual do usuário	2			
21	APARELHO LASER TERAPÊUTICO PORTÁTIL (VERMELHO, INFRAVERMELHO E ILIB). Método Aplicação: Peça De Mão E Suporte. Tensão de Alimentação: 90 – 240 V. Diâmetro da fibra: 600 um. Bateria: Li-ion. Comprimento de onda laser vermelho: 660 nm ± 10 nm. Potência útil emissor laser vermelho: 100 mW ± 20 %. Comprimento de onda laser infravermelho: 808 nm ± 10 nm. Potência útil emissor laser infravermelho: 100 mW ± 20 %. Componentes Adicionais: Óculos De Proteção.	2			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					

(*) Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item Compras.Gov mais semelhante ao descrito neste anexo. Havendo PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2.024 - PROCESSO SA/DL Nº 214/2.024 – FLS 23



PREFEITURA DE MONTE ALTO



divergência entre a descrição do objeto existente neste anexo e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov deve prevalecer o estabelecido no Edital e nos Anexos I e II.

I - O prazo de validade de nossa proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da sessão pública do pregão eletrônico.

II - Declaramos que o **VALOR TOTAL DA PROPOSTA é irrealizável**, e nele estão incluídos: os tributos, fretes, alimentação, estadia, encargos sociais; as despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza; e todos os componentes de custo dos bens necessários à perfeita satisfação do objeto desta licitação.

III - Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

IV - Declaramos, ainda, conhecer integralmente os termos do **Edital do Pregão Eletrônico nº 90147/2.024** e seus anexos, aos quais nos sujeitamos.

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:		
ENDEREÇO:		
CEP:	FONE:	FAX:
E-MAIL:	CNPJ:	

_____, ____ de _____ de 2.024.
(CIDADE)

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

NOME COMPLETO:	CARGO:
-----------------------	---------------

PESSOA CREDENCIADA OU AUTORIZADA PARA ASSINAR O FUTURO CONTRATO

NOME COMPLETO:	CARGO:
	CPF:
	RG:

Nota: O proponente deverá rubricar a 1ª via desta planilha/proposta.

MODELO - A PROPOSTA DEVE SER EMITIDA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90147/2.024
PROCESSO SA/DL nº 214/2.024

1. ORGÃO SOLICITANTE

O planejamento da contratação foi realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, direcionado à implantação do Instituto Materno-Infantil do Município de Monte Alto/SP.

O Instituto Materno-Infantil é um espaço integrado destinado ao acompanhamento multiprofissional do binômio mãe e filho durante o pré-natal e puerpério. Tem como missão promover assistência multiprofissional qualificada e diferenciada às famílias, promovendo além dos atendimentos, educação em saúde, suporte às suas necessidades e acolhimento nas dificuldades.

Os primeiros 1000 dias de vida se referem ao período que vai do primeiro dia de gestação até os 2 anos de vida da criança. Considerado um “intervalo de ouro”, pois cada vez mais a ciência comprova que este período pode mudar radicalmente o destino da criança, é o alicerce da sua vida, tanto do ponto de vista físico, psíquico e emocional. A maioria das doenças da vida adulta tem fatores de risco relacionados aos 1000 primeiros dias e sabemos que não existe nenhum outro momento em que cuidados extrínsecos impactam de forma tão expressiva um ser humano. Portanto, é uma janela de oportunidade para atuar e garantir que uma geração atinja o seu potencial de desenvolvimento neuropsíquico e físico. Este é o intuito deste espaço, destinado a oferecer um atendimento qualificado e diferencial às famílias, que vai repercutir não apenas nos seus filhos, mas nas futuras gerações.

Serão contempladas consultas com diversos especialistas, além de oficinas, palestras, atividades em grupo e consultorias. Os profissionais envolvidos possuem uma visão coesa e humanizada sobre a saúde materno-infantil, com atuação prática baseada em evidências científicas. A equipe é integrada por ginecologista e obstetra, pediatra,



enfermeira, técnica de enfermagem, nutricionista, fisioterapeuta, psicóloga, assistente social, fonoaudióloga, consultora em amamentação, etc.

É imperioso ressaltar que o Instituto Materno Infantil é obra nova, assim justificando que a aquisição dos materiais hospitalares faz parte das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, para equipar o Instituto após conclusão das obras.

Nesse contexto, para que o atendimento às gestantes e crianças seja realizado de forma eficiente e garanta o conforto e segurança aos usuários e do Instituto, a estrutura física é essencial. Destaca-se a importância do fornecimento de materiais médico-hospitalares para uso em ações de prevenção, diagnóstico e recuperação de saúde. Portanto, a aquisição de materiais hospitalares ocupa um papel de destaque na assistência à saúde que prime pela qualidade e excelência dos serviços ofertados aos usuários.

2. OBJETO DA CONTRAÇÃO

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de materiais hospitalares para atender as necessidades do Instituto Materno-Infantil do Município de Monte Alto/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

Por se tratar de um espaço integrado com equipe multiprofissional, a aquisição de materiais hospitalares é indispensável, visto que são utilizados nos trabalhos e atividades de rotina desenvolvidas pela equipe e atendem a continuidade operacional dos serviços.

A estrutura física do Instituto conta com 8 salas de atendimento: obstetrícia, pediatria, enfermagem, pré e pós consulta, fisioterapia, nutrição, sala de atividades em grupo, além da sala de administração, sala de espera, copa, fraldário e sanitários. Considerando os serviços que serão oferecidos, equipe e estrutura física, chegou-se à necessidade dos seguintes itens hospitalares:

- ✓ MACA GINECOLÓGICA ELÉTRICA AUTOMATIZADA



- ✓ APARELHO DE PRESSÃO AUTOMÁTICO DIGITAL DE BRAÇO
- ✓ APARELHO DE PRESSÃO MANUAL ADULTO
- ✓ APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL P/ OBESO
- ✓ APARELHO DE PRESSÃO MANUAL INFANTIL
- ✓ ESTETOSCÓPIO SIMPLES (ADULTO)
- ✓ ESTETOSCÓPIO INFANTIL
- ✓ OXÍMETRO DIGITAL COM SELO DO INMETRO
- ✓ OTOSCÓPIO
- ✓ RÉGUA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL
- ✓ MONITOR FETAL CARDIOTOCOGRAFO MICROPROCESSADO
- ✓ DETECTOR FETAL PORTÁTIL DIGITAL
- ✓ LANTERNA CLÍNICA
- ✓ ADIPÔMETRO CLÍNICO
- ✓ PAQUÍMETRO DIGITAL
- ✓ SUPORTE DE SORO REGULÁVEL, BASE E COLUNA EM TUBOS DE AÇO INOX
- ✓ BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO
- ✓ ELETROCARDÍOGRAFO 12 CANAIS
- ✓ PISTOLA MASSAGEADORA ELÉTRICA PORTÁTIL
- ✓ APARELHO COM CORRENTES TENS, FES E CORRENTE RUSSA
- ✓ APARELHO LASER TERAPÊUTICO PORTÁTIL (VERMELHO, INFRAVERMELHO E ILIB)

2.1 Das quantidades, especificações e características dos equipamentos a serem contratados

Em conformidade com a Lei 14.133/2021, que estabelece o novo marco legal para contratações públicas no Brasil, apresentamos as especificações para a aquisição de materiais hospitalares para atender as necessidades do Instituto Materno-Infantil do

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2.024 - PROCESSO SA/DL Nº 214/2.024 – FLS 27



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Município de Monte Alto/SP. O detalhamento dos itens tem como objetivo fornecer uma análise minuciosa das especificações e quantidades dos materiais a serem adquiridos, visando atender às necessidades da saúde materno-infantil do município de forma eficiente, transparente e em conformidade com a legislação vigente.

O quadro abaixo mostra a estimativa total da quantidade de materiais hospitalares a serem adquiridos, além das especificações técnicas e características dos itens. O quantitativo deriva do processo de levantamento da demanda, sendo esta estimativa também relacionada ao estudo de distribuição de itens baseado no espaço físico disponível para desenvolver os atendimentos e atividades propostas, número de salas e ambientes de trabalho.

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	MACA GINECOLÓGICA ELÉTRICA AUTOMATIZADA	Material: base tubular de alta performance; pintura epóxi de alta resistência, apoiada sobre 4 rodízios duplo com freio; Braço direito e esquerdo com movimentos de abertura lateral e longitudinal; Conjunto de apoio de coxas (direito e esquerdo) com regulagem; Conjuntos de apoio de pés (direito e esquerdo) com regulagem; Encosto estruturado em alma de aço, pintura epóxi de alta resistência, carenagem envolvente em PSAI; Suporte lençol em aço tubular, sistema de mola para facilitar substituição do rolo; Perneira estruturada em alma de aço, pintura	1



		<p>epóxi de alta resistência, carenagem em PSAI; Assento estruturado em aço, pintura epóxi de alta resistência, acabamento laterais em PSAI; Estofamento anatômico de poliuretano injetado, revestido em PVCRON revestido com PVC cristal; Apoio de cabeça anatômico estofado na cor e revestido em PVC cristal; Pedal de comando com oito funções, posição de trabalho e volta zero automático, com acionadores removíveis para assepsia; Chave geral liga e desliga bipolar. Gaveta com sistema de segurança e bandeja inox removível; Altura mínima na posição sentado: 650mm; Capacidade de elevação total: 250 kg; Largura total mínima: 0,60m; Comprimento mínimo total aberta: 1700 mm.</p>	
2	APARELHO DE PRESSÃO AUTOMÁTICO DIGITAL DE BRAÇO	<p>Tipo de Leitura: Digital. Inflagem: Bomba elétrica. Desinflagem: Automática. Método de Medição: Oscilométrico. Tipo Fecho: Fecho Em Velcro. Tamanho: Adulto. Capacidade de Memória: 30 medições. Tamanho da Braçadeira: 22 a 42cm. Precisão das Medições: - Variação máxima da</p>	4



		pressão de aproximadamente 3mm Hg - Variação máxima do pulso de aproximadamente 5% da leitura. Alcance da Medida: - Pressão de 0 a 299 mm Hg - Pulso de 40 a 180 batimentos/min. Cor: Branco.	
3	APARELHO DE PRESSÃO MANUAL ADULTO	Material: PVC. Tamanho: adulto. Ajuste: Analógico, aneróide. Faixa de medição: 0 - 300mmHg. Valor de uma medição: 2mmHg. Graduação mínima e máxima: 2mmHg e 304 mmHg. Tolerância: +/- 3mmHg. Braçadeira em nylon. Fecho em velcro.	6
4	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL P/ OBESO	Material: PVC. Modelo: obeso. Ajuste: Analógico, Aneróide. Tipo: de braço. Faixa de medição: 0 - 300mmHg. Valor de uma medição: 2mmHg. Graduação mínima e máxima: 2mmHg e 304 mmHg. Tolerância: +/- 3mmHg. Braçadeira em nylon. Fecho em Velcro.	3
5	APARELHO DE PRESSÃO MANUAL INFANTIL	Material: PVC. Modelo: infantil. Ajuste: Analógico, Aneróide. Faixa de medição: 0 - 300mmHg. Valor de uma medição: 2mmHg. Graduação mínima e máxima: 2mmHg e 304 mmHg. Tolerância: +/- 3mmHg. Braçadeira em nylon. Fecho em Velcro.	3



PREFEITURA DE MONTE ALTO



6	ESTETOSCÓPIO SIMPLES (ADULTO)	Material: Tubo em "Y" em PVC. Tipo: Biauricular. Auscultador (fone/haste) em aço inox; Diafragma com membrana de PVC rígido, com anel isolante em toda borda de contato; Olivas macias em plástico de PVC; Mola em aço inoxidável.	8
7	ESTETOSCÓPIO INFANTIL	Material do Auscultador: Alumínio. Tipo: Biauricular. Tamanho: Pediátrico. Olivas: Anatômicas Borracha. Tubo em Y: Único de PVC. Diafragma: Convencional.	3
8	OXÍMETRO DIGITAL COM SELO DO INMETRO	Tipo de oxímetro: Dedo; Funções: Curva pletismográfica, PRbpm, SpO2. Tipos de alimentação: Pilha. Com sensor. Com indicador de bateria fraca: Sim. Com desligamento automático: Sim. Precisão da medição do ritmo cardíaco: 2 %. Precisão de saturação de oxigênio no sangue: 3 %. Faixa Medição Saturação: 0 A 100%. Faixa Medição de Pulso: cerca de 20 a 250 BPM.	8
9	OTOSCÓPIO	Tipo: Clínico. Modelo: Fibra Ótica, Portátil. Material da Cabeça e do cabo: Metal. Acabamento do Cabo: Recartilhado. Transmissão da Luz:	3



PREFEITURA DE MONTE ALTO



		Direta. Lâmpada: Halógena. Alimentação: pilhas. Reostato para controle da luz: Possui. Lente de aumento: mínimo de 3,5 vezes. Jogo De Espéculos Reutilizáveis.	
10	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL	Material: Fabricado em Plástico ABS de alta resistência. Tipo Régua. Campo de Medição de 0 - 96cm; Dispositivo para medição de crianças na horizontal; Graduação em centímetros com Resolução em Milímetros.	3
11	MONITOR FETAL CARDIOTOCOGRAFO MICROPROCESSADO	Modelo: Para Feto Único. Ajuste: Painel Controle Digital com Tela Gráfica. Bateria interna com duração média de 4 horas estando o Monitor em uso contínuo. Interface de usuário com design moderno e de fácil interação. Alimentação Full-range: 100V – 240V +/- 10%, 50-60 Hz, Potência 70VA / 35W; Componentes: 1 Transdutor de Contração Uterina Materna, 1 Transdutor Us - Frequência Cardíaca Fetal, 1 Marcador Movimento Fetal, automático e manual. Cintas e Impressora Integrada de alta definição. Papel de impressão: 112 X 100 mm; Tela do display ajustável; Frequência de trabalho do ultrassom:	1



PREFEITURA DE MONTE ALTO



		1MHz +/- 1%. Adicionais: C/ Memória Interna; Variação de curto prazo (STV); Alarmes ajustáveis de monitoração para Bradicardia e Taquicardia.	
12	DETECTOR FETAL PORTÁTIL DIGITAL	Material: Gabinete e transdutor confeccionado em plástico ABS. Tipo: Portátil. Display LCD; Faixa de medição de FCF: entre 30 a 240bpm; Ciclagem 6.000 a 60.000 e frequência de trabalho 2mhz \pm 10%; Fonte de Alimentação: à bateria; Alarme de bradicardia e taquicardia; Controle de volume; Alojamento para transdutor na lateral do aparelho; Saída para fone de ouvido ou gravador de som; Potencia ultrassônica: 5mh/cm ² ; Potência máxima de consumo 2VA; Tipo De Análise: Ausculta Bcf, Fluxo Sanguíneo Placenta E Cordão.	8
13	LANTERNA CLÍNICA	Material: liga aeroespacial de alumínio. Iluminação: LED de alta performance, potência de 3V. Tom de luz amarelado. Possui conveniente clipe de bolso. LED com vida útil por mais de 10.000 horas. Alimentação: à bateria.	2
14	ADIPÔMETRO CLÍNICO	Material: Medidor de dobras cutâneas em Aço Inox. Montagem em aço inox	1



		<p>polido e espelhado cirúrgico com corte feito a laser.</p> <p>Ponteiras (fixas) ABS. Molas em aço zincado. Operação: Analógico. Sensibilidade: 0,1 mm. Amplitude leitura: até 90mm. Pressão +/- 10g/mm². Relógio de alta precisão.</p>	
15	PAQUÍMETRO DIGITAL	<p>Material: aço inoxidável temperado de alta resistência. Possibilidade de medição externa, interna, profundidade e ressalto; Resolução: 0,01 MM; Precisão: +/- 0,05 MM. Leitura: 6 MM. Função zero em qualquer ponto; Tecla de Liga/Desliga; Indicação de bateria com carga (dígitos piscando); Com roldana para ajuste rápido; Possui parafuso de fixação; Alimentação: bateria.</p>	2
16	SUPORTE DE SORO REGULÁVEL, BASE E COLUNA EM TUBOS DE AÇO INOX	<p>Material: Construído em tubos redondos de aço inoxidável com acabamento polido. Coluna receptora da haste com diâmetro de 1 polegada com anel para evitar amassamento e desgaste da haste. 4 ganchos em forma de cruz. Base revestida em nylon com 5 pés com rodízios.</p>	1



17	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO	Material: Base em tripé de tubo de aço carbono. Coluna em tubo de aço carbono. Haste em tubo de aço inox redondo. Concha em chapa de aço inox. Altura regulável por meio de manípulo e Concha com regulagem de inclinação. Pés com ponteiras plásticas. Acabamento em pintura epóxi, com tratamento anti-ferruginoso. Acompanha Capa estofada para apoio do braço.	1
18	ELETROCARDIOGRAFO 12 CANAIS	Tela de LCD colorida, de 15 a 17" com visor gráfico, para visualização simultânea dos 12 traçados de ECG. Teclado de membrana com simples operação e limpeza com botões de único toque. Memória interna para armazenamento de pelo menos 200 registros de ECG. Impressão ou transferência através de rede ethernet ou conexão USB em formato PDF. Modos: Manual, automáticos, ritmo, USB. Impressão através de impressora térmica de 12 canais. Cópia automática do último exame realizado através de botão copy. Funcionamento através de rede elétrica bivolt automático e Bateria	1



		interna recarregável de lítio com autonomia de 5 horas. Aplicação: adulto e pediátrico.	
19	PISTOLA MASSAGEADORA ELÉTRICA PORTÁTIL	Pistola massageadora elétrica com controle de intensidade, com espátulas plásticas, portátil, 7 velocidades, máximo 80DB de ruído, autonomia de no mínimo de 5 horas, bateria de lítio de 2000 MAH, maleta para transporte, mínimo de 50Hz de vibração local, 5 instrumentos de encaixe sendo um de IASTM, composto de aço inoxidável, percussão com várias frequências vibratórias.	1
20	APARELHO COM CORRENTES TENS, FES E CORRENTE RUSSA	Corrente: FES+TENS+RUSSA. Memória para gravar protocolos do usuário. 4 canais independentes e isolados. Painel com teclado suave, e display gráfico azul de cristal líquido com iluminação. Detecção de mal contato do cabo do paciente. Detecção de excesso de corrente. Alimentação: 100/220V, 50/60Hz (automático). Consumo máximo: 25VA. Fusíveis: 2,0A (250V 20AG). Proteção contra risco de choque elétrico: Classe II. Grau de proteção da	2



		parte aplicada: Tipo BF. Proteção contra penetração de água: IPX0. Acessórios: 8 eletrodos adesivos 3 x 5cm, 4 cabos para eletrodos, Cabo tripolar, Manual do usuário	
21	APARELHO LASER TERAPÊUTICO PORTÁTIL (VERMELHO, INFRAVERMELHO E ILIB)	Método Aplicação: Peça De Mão E Suporte. Tensão de Alimentação: 90 – 240 V. Diâmetro da fibra: 600 um. Bateria: Li-íon. Comprimento de onda laser vermelho: 660 nm ± 10 nm. Potência útil emissor laser vermelho: 100 mW ± 20 %. Comprimento de onda laser infravermelho: 808 nm ± 10 nm. Potência útil emissor laser infravermelho: 100 mW ± 20 %. Componentes Adicionais: Óculos De Proteção.	2

2.2 Materiais que necessitam de catálogo/folder no processo licitatório.

Os itens nos quais será solicitada a apresentação do catálogo/folder estão descritos abaixo:

- ✓ MACA GINECOLÓGICA ELÉTRICA AUTOMATIZADA
- ✓ OTOSCÓPIO
- ✓ RÉGUA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL
- ✓ MONITOR FETAL CARDIOTOCÓGRAFO MICROPROCESSADO



- ✓ DETECTOR FETAL PORTÁTIL DIGITAL
- ✓ LANTERNA CLÍNICA
- ✓ ELETROCARDIOGRAFO 12 CANAIS
- ✓ PISTOLA MASSAGEADORA ELÉTRICA PORTÁTIL
- ✓ APARELHO COM CORRENTES TENS, FES E CORRENTE RUSSA
- ✓ APARELHO LASER TERAPÊUTICO PORTÁTIL (VERMELHO, INFRAVERMELHO E ILIB)

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A realização de um levantamento de mercado é fundamental para embasar a escolha da modalidade de contratação mais adequada para a aquisição de recursos físicos como materiais hospitalares para a estruturação do Instituto Materno-Infantil da Prefeitura Municipal de Monte Alto.

O serviço oferecido pelo Instituto será de suma importância para planejar e oferecer ações de saúde de qualidade a população, especialmente quando referimos a gestantes e seus filhos. É necessária uma estrutura física adequada, em um ambiente seguro, confortável e harmonioso que possibilite a realização das referidas atividades de saúde, bem como aquelas que não coloquem em risco a saúde e a vida da população e dos profissionais que ali trabalham. A vida e a saúde são os direitos mais elementares do ser humano, pressupostos da existência dos demais direitos, razão pela qual merecem especial cuidado.

Diante disso, foi realizada uma análise detalhada das alternativas disponíveis, levando em consideração as experiências de outros órgãos públicos e entidades que já realizaram contratações similares. Dessa forma, considerando que o objeto de contratação se refere a bens de natureza comum e tendo em vista a necessidade de adquirir esses bens com maior rapidez para o início das atividades no Instituto Materno-Infantil da Prefeitura Municipal de Monte Alto, a solução escolhida foi a realização da



aquisição por meio da licitação na modalidade pregão. Assim, seguindo a orientação prevista na legislação, foi feita uma pesquisa no Painel Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo adotada como referência as aquisições contratadas de outros órgãos da Administração Pública.

4. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

4.1. São obrigações da Administração Municipal:

4.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na solicitação da compra;

4.1.2. Comunicar à empresa a ser contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.3. Efetuar o pagamento à empresa a ser contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA A SER CONTRATADA

5.1. A empresa a ser contratada deve cumprir todas as obrigações constantes da proposta aceita e, ainda:

5.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

5.1.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.1.3. Comunicar à Administração Municipal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



5.1.4. O prazo para entrega do objeto será de 30 (trinta) dias a partir da data do pedido emitido pelo departamento de compras;

5.1.5. A entrega do objeto deverá ser feita no Instituto Materno-Infantil, no endereço Rua dos Topázios, nº 555 – Vila Municipal – Monte Alto/SP.

6. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela empresa a ser contratada.

6.1.1. A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do vencedor da contratação e atestada pelo fiscal do contrato.

6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a Administração Municipal atestar a execução do objeto do contrato.

6.3. Constatando-se alguma irregularidade da empresa a ser contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



ANEXO III – RELAÇÃO DOS MATERIAIS PASSIVEIS DE APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2.024
PROC. SA/DL Nº 214/2.024

Item	Descrição
1	MACA GINECOLÓGICA ELÉTRICA AUTOMATIZADA: base tubular de alta performance; pintura epóxi de alta resistência, apoiada sobre 4 rodízios duplo com freio; Braço direito e esquerdo com movimentos de abertura lateral e longitudinal; Conjunto de apoio de coxas (direito e esquerdo) com regulagem; Conjuntos de apoio de pés (direito e esquerdo) com regulagem; Encosto estruturado em alma de aço, pintura epóxi de alta resistência, carenagem envolvente em PSAl; Suporte lençol em aço tubular, sistema de mola para facilitar substituição do rolo; Perneira estruturada em alma de aço, pintura epóxi de alta resistência, carenagem em PSAl; Assento estruturado em aço, pintura epóxi de alta resistência, acabamento laterais em PSAl; Estofamento anatômico de poliuretano injetado, revestido em PVCRON revestido com PVC cristal; Apoio de cabeça anatômico estofado na cor e revestido em PVC cristal; Pedal de comando com oito funções, posição de trabalho e volta zero automático, com acionadores removíveis para assepsia; Chave geral liga e desliga bipolar. Gaveta com sistema de segurança e bandeja inox removível; Altura mínima na posição sentado: 650mm; Capacidade de elevação total: 250 kg; Largura total mínima: 0,60m; Comprimento mínimo total aberta: 1700 mm.
9	OTOSCÓPIO Tipo: Clínico. Modelo: Fibra Ótica, Portátil. Material da Cabeça e do cabo: Metal. Acabamento do Cabo: Recartilhado. Transmissão da Luz: Direta. Lâmpada: Halógena. Alimentação: pilhas. Reostato para controle da luz: Possui. Lente de aumento: mínimo de 3,5 vezes. Jogo De Espéculos Reutilizáveis.
10	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL Material: Fabricado em Plástico ABS de alta resistência. Tipo Régua. Campo de Medição de 0 - 96cm; Dispositivo para medição de crianças na horizontal; Graduação em centímetros com Resolução em Milímetros.
11	MONITOR FETAL CARDIOTOCOGRAFO MICROPROCESSADO Modelo: Para Feto Único. Ajuste: Painel Controle Digital com Tela Gráfica. Bateria interna com duração média de 4 horas estando o Monitor em uso contínuo. Interface de usuário com design moderno e de fácil interação. Alimentação Full-range: 100V – 240V +/- 10%, 50-60 Hz, Potência 70VA / 35W; Componentes: 1 Transdutor de Contração Uterina Materna, 1 Transdutor Us - Frequência Cardíaca Fetal, 1 Marcador Movimento Fetal, automático e manual. Cintas e Impressora Integrada de alta definição. Papel de impressão: 112 X 100 mm; Tela do display ajustável; Frequência de trabalho do ultrassom: 1MHz +/- 1%. Adicionais: C/ Memória Interna; Variação de curto prazo (STV); Alarmes ajustáveis de monitoração para Bradicardia e Taquicardia.
12	DETECTOR FETAL PORTÁTIL DIGITAL Material: Gabinete e transdutor confeccionado em plástico ABS. Tipo: Portátil. Display LCD; Faixa de medição de FCF: entre 30 a 240bpm; Ciclagem 6.000 a 60.000 e frequência de trabalho 2mhz ± 10%; Fonte de Alimentação: à bateria; Alarme de bradicardia e taquicardia; Controle de volume; Alojamento para transdutor na lateral do aparelho; Saída para fone de ouvido ou gravador de som; Potencia ultrassônica: 5mh/cm²; Potência máxima de consumo 2VA; Tipo De Análise: Ausculta Bcf, Fluxo Sanguíneo Placenta E Cordão.
13	LANTERNA CLÍNICA: liga aeroespacial de alumínio. Iluminação: LED de alta performance, potência de 3V. Tom de luz amarelado. Possui conveniente clipe de bolso. LED com vida útil por mais de 10.000 horas. Alimentação: à bateria.
18	ELETROCARDÍOGRAFO 12 CANAIS: Tela de LCD colorida, de 15 a 17" com visor gráfico, para visualização simultânea dos 12 traçados de ECG. Teclado de membrana com simples operação e limpeza com botões de único toque. Memória interna para armazenamento de pelo menos 200 registros de ECG. Impressão ou transferência através de rede ethernet ou conexão USB em formato PDF. Modos: Manual, automáticos, ritmo, USB. Impressão através de impressora térmica de 12 canais. Cópia automática do último exame realizado através de botão copy. Funcionamento através de rede elétrica bivolt automático e Bateria interna recarregável de lítio com autonomia de 5 horas. Aplicação: adulto e pediátrico.
19	Pistola massageadora elétrica portátil com controle de intensidade, com espátulas plásticas, portátil, 7 velocidades, máximo 80DB de ruído, autonomia de no mínimo de 5 horas, bateria de lítio de 2000 MAH, maleta para transporte, mínimo de 50Hz de vibração local, 5 instrumentos de encaixe sendo um de IASTM, composto de aço inoxidável, percussão com várias frequências vibratórias.
20	APARELHO COM CORRENTES TENS, FES E CORRENTE RUSSA Corrente: FES+TENS+RUSSA. Memória para gravar protocolos do usuário. 4 canais independentes e isolados. Painel com teclado suave, e display gráfico azul de cristal líquido com iluminação. Detecção de mal contato do cabo do paciente.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2.024 - PROCESSO SA/DL Nº 214/2.024 – FLS 41



PREFEITURA DE MONTE ALTO



	Detecção de excesso de corrente. Alimentação: 100/220V, 50/60Hz (automático). Consumo máximo: 25VA. Fusíveis: 2,0A (250V 20AG). Proteção contra risco de choque elétrico: Classe II. Grau de proteção da parte aplicada: Tipo BF. Proteção contra penetração de água: IPX0. Acessórios: 8 eletrodos adesivos 3 x 5cm, 4 cabos para eletrodos, Cabo tripolar, Manual do usuário
21	APARELHO LASER TERAPÊUTICO PORTÁTIL (VERMELHO, INFRAVERMELHO E ILIB). Método Aplicação: Peça De Mão E Suporte. Tensão de Alimentação: 90 – 240 V. Diâmetro da fibra: 600 um. Bateria: Li-íon. Comprimento de onda laser vermelho: 660 nm ± 10 nm. Potência útil emissor laser vermelho: 100 mW ± 20 %. Comprimento de onda laser infravermelho: 808 nm ± 10 nm. Potência útil emissor laser infravermelho: 100 mW ± 20 %. Componentes Adicionais: Óculos De Proteção.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ANEXO IV – MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/2.024

**TERMO DE CONTRATO PARA O
FORNECIMENTO DE _____**

O Município de Monte Alto, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo sus Prefeita Municipal, **MARIA HELENA AGUIAR RETTONDINI**, portadora do CPF nº _____ e RG _____, doravante denominado, simplesmente, **CONTRATANTE**, e a empresa “_____”, inscrita no CNPJ nº _____, situada à Rua/Av. _____, nº ____, na cidade de _____, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo(a) senhor(a) _____, portador do CPF _____ e RG _____, daqui por diante, denominada simplesmente, **CONTRATADA**, tendo em vista as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A **CONTRATADA** em decorrência da adjudicação que lhe foi feita no processo nº SA/DL nº ___/2.024, compromete-se a fornecer, integralmente, os materiais e equipamentos com as seguintes especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QTD.	MARCA	R\$ UNITÁRIO	R\$ SUBTOTAL

1.2 - Consideram-se partes integrantes do presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos: Edital do Pregão Eletrônico nº ___/2.024 e seus Anexos; Proposta de ___ de _____ de 2.024, apresentada pela **CONTRATADA**; e Ata da sessão do Pregão Eletrônico nº ___/2.024.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO E DA GARANTIA

2.1 - Os materiais/equipamentos deverão ser entregues, na _____, na _____, nº ____, no prazo máximo de ___ (____) dias, contados a partir da homologação do certame, correndo por conta da contratada todas as despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

2.2 - Os responsáveis, especialmente designados pela Unidade requisitante do **CONTRATANTE** promoverão a verificação da conformidade do objeto, expedindo no ato, o competente Termo de Recebimento, caso não seja apurado defeito ou incompatibilidade com as características mínimas do Anexo II, do edital precedente.



2.2.1 - No ato da entrega dos materiais/equipamentos, a **CONTRATADA** deverá entregar a respectiva Nota Fiscal Fatura, bem como o Certificado de Garantia e outros documentos pertinentes, como manuais e relação de assistência técnica.

2.3 - Só serão emitidos atestados de recebimento se os equipamentos entregues estiverem plenamente de acordo com as especificações constantes deste contrato.

2.4 - As obrigações do presente ajuste não poderão ser subcontratadas ou transferidas a terceiros, sem a aprovação prévia do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1 - Pela integral execução do presente ajuste, a **CONTRATADA** receberá o valor total de R\$- _____ (_____), sem qualquer reajuste ou correção monetária.

3.2 - No valor total deste ajuste está incluído, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento pelo fornecimento do objeto deste contrato será efetuado em única parcela, no prazo máximo de ____ (____) dias corridos, contados a partir da efetiva entrega dos materiais/equipamentos, atestada pelo recibo de que trata o item ____ anterior, condicionado à aprovação do Secretário Municipal de Finanças.

4.2 - O pagamento será processado através de ordem ou depósito bancário em conta corrente indicada pela empresa contratada.

4.3 - O pagamento efetuado em desacordo com o estabelecido no antecedente item ____, será compensado por juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró rata tempore” em relação ao atraso verificado.

4.4 - A liberação do pagamento estará condicionada, sempre, à aprovação do Secretário de Finanças do **CONTRATANTE** e ao atendimento rigoroso do disposto na retro cláusula ____ anterior.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência do presente termo inicia-se na data de sua assinatura e extingue-se no dia ____ de _____ de 2.02__.

5.2 - Durante a vigência do presente termo, a **CONTRATADA** obriga-se a manter compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



5.3 - Somente com expressa concordância do **CONTRATANTE**, os prazos deverão ser alterados, desde que haja plena justificativa por escrito da **CONTRATADA**, o que deverá ser reduzido a Termo de Aditamento ao presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1 - Fica dispensada a prestação de garantia contratual, nos termos do artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CRÉDITO

7.1 - As despesas com a execução das obrigações derivadas deste contrato serão suportadas com dotação própria, consignada no orçamento-programa vigente, com a seguinte classificação orçamentária:

Ficha Analítica nº _____

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO

8.1 - A extinção do contrato poderá ocorrer:

8.1.1 - Unilateralmente, por ato escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a IX, do artigo 137, da Lei Federal nº 14.133/21.

8.1.2 - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

8.1.3 - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

8.2 - Incorrendo culpa da **CONTRATADA**, em caso de extinção, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - Pelo atraso injustificado na execução na entrega dos produtos, o **CONTRATADO** sujeitar-se-á as penalidades previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.2 - Pela inexecução parcial e/ou total do contrato o **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, as sanções previstas no artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/21 e aplicação das sanções de que trata o Decreto nº. 4.645, de 27 de julho de 2.024.

9.3 - As multas previstas nesta cláusula, não tem caráter compensatório, porém moratório, e conseqüentemente, o pagamento delas não exime a **CONTRATADA** dos eventuais prejuízos causados.



CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o que preceitua o artigo 125, caput, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

11.1 - O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº ____/2.024, seus anexos e à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1 - As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Monte Alto, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente **CONTRATO** em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Monte Alto, ___ de _____ de 2.024.

CONTRATANTE

P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2.024 - PROCESSO SA/DL Nº 214/2.024 – FLS 47



Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº ___/2.024

Processo SA/DL nº ___/2.024

Eu _____(nome completo), representante legal da empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), participante do Pregão Eletrônico nº ___/2.024, da Prefeitura Municipal de Monte Alto, DECLARO, sob as penas da lei:

a) Nos termos do inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

b) Estar ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto à Prefeitura de Monte Alto, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas através do sítio oficial da Prefeitura e no Diário Oficial do Município de Monte Alto;

c) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra;

d) que os materiais e equipamentos ofertados estão de acordo com as especificações mínimas descritas no Anexo II, que examinou criteriosamente o objeto licitado em todos os seus detalhamentos, que tem pleno conhecimento das especificações dos materiais e equipamentos ofertados e está ciente da obrigação de entregar os materiais e equipamentos nas especificações descritas no Anexo II, ciente que caso os materiais e os equipamentos no momento da entrega não atender as exigências editalícias estará sujeito à aplicação de penalidades e sanções previstas no Edital;

e) que se responsabiliza pelo transporte e pela manutenção da qualidade física dos materiais e equipamentos, até a sua entrega;

f) Estar ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item Compras.Gov mais semelhantes ao descrito no Anexo II. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos;

g) De que conhece a obrigação de assinar o Contrato Administrativo, no caso de ser adjudicatária do objeto da licitação, no prazo definido no Edital e que tem pleno conhecimento das sanções previstas no inciso VI, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº. 4.645, de 27 de julho de 2.024, em caso de descumprimento da formalização do documento;

h) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, de de 2.024.

Nome e assinatura do representante legal
RG nº.....



ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, com sede na _____, nº _____, cidade de _____ CNPJ nº _____, vem através de seu representante legal infra-assinado, com fundamento no artigo 3º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro 2.006, estando apta, portanto, a participar do procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº ___/2.02, da Prefeitura de Monte Alto,

DECLARA ser.

Microempresa nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

Empresa de pequeno porte nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

Declara que não celebrou no presente ano-calendário contratos com a Administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte

_____, _____ de _____ de 2.024.

(localidade)

(assinatura)

Nome: _____

RG: _____



ANEXO VII - Decreto nº. 4.645, de 27 de julho de 2.023.

Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que “dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Monte Alto”.

MARIA HELENA AGUIAR RETTONDINI, Prefeita Municipal de Monte Alto, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere os incisos XI, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Este decreto regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Município de Monte Alto-SP.

Art. 2º. O disposto neste Decreto abrange todos os órgãos da administração pública direta ou indireta do Poder Executivo do Município de Monte Alto-SP.

Parágrafo único. O Poder Legislativo poderá aderir às normas regulamentares da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, contidas neste decreto municipal.

Art.3º. Na aplicação deste Decreto serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

**CAPÍTULO II
DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**

Art. 4º. Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

I - conduzir a sessão pública;



II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

X - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1º. A Pregoeira conduzirá o Diálogo Competitivo, cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.

§ 2º. Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.

§ 3º. O Agente de Contratação, assim como os membros da Pregoeira, poderão ser servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes do Município.

§ 4º. O Agente de Contratação e a Pregoeira contarão, sempre que considerarem necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.

§ 5º. O Agente de Contratação e a Pregoeira contarão com auxílio permanente de Equipe de Apoio formada por, no mínimo, 3 (três) membros, dentre servidores efetivos ou ocupantes de cargos em comissão da Prefeitura.

§ 6º. Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designada Pregoeira.

Art. 5º. Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:



I - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

II - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e

III – previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

CAPÍTULO III DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 6º. O Município poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Parágrafo único. Na elaboração do Plano de Contratações Anual do Município, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

CAPÍTULO IV DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Art. 7º. Em âmbito municipal, a obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, ressalvado o disposto no art. 8º deste decreto.

Art. 8º. Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

CAPÍTULO V DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2.024 - PROCESSO SA/DL Nº 214/2.024 – FLS 53



Art. 9º. O Município elaborará catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos.

Parágrafo único. Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o caput, será adotado, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os Catálogos CATMAT e CATSER, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los.

Art. 10. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Município deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir às finalidades as quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

§ 1º. Na especificação de itens de consumo, a Administração buscará a escolha do produto que, atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

§ 2º. Considera-se bem de consumo de luxo o que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Administração municipal.

CAPÍTULO VI DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 11. No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber.

Art. 12. Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º. Resultando dos preços obtidos a partir dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor estimado poderá ser, a critério da Administração, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo ainda ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º. Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 3º. A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.



§ 4º. Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.

Art. 13. Na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento e Gestão.

Art. 14. Na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia a serem realizadas em âmbito municipal, quando se tratar de recursos próprios, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e na Portaria Interministerial 13.395, de 5 de junho de 2020.

CAPÍTULO VII DO LEILÃO

Art. 15. Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

I – realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nos seus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação.

II – designação de um Agente de Contratação para atuar como leiloeiro, o qual contará com o auxílio de Equipe de Apoio conforme disposto no § 5º do art. 4º deste regulamento, ou, alternativamente, contratação de um leiloeiro oficial para conduzir o certame.

III – elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outros.

IV – realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.

§ 1º. O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação por parte dos licitantes.

§ 2º. A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.

CAPÍTULO VIII DO CICLO DE VIDA DO OBJETO LICITADO

Art. 16. Desde que objetivamente mensuráveis, os fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto licitado poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio para a Administração Pública Municipal.



§ 1º. A modelagem de contratação mais vantajosa para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto, deve ser considerada ainda na fase de planejamento da contratação, a partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

§ 2º. Na estimativa de despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, poderão ser utilizados parâmetros diversos, tais como históricos de contratos anteriores, séries estatísticas disponíveis, informações constantes de publicações especializadas, métodos de cálculos usualmente aceitos ou eventualmente previstos em legislação, trabalhos técnicos e acadêmicos, dentre outros.

CAPÍTULO IX DO JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO

Art. 17. Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica.

Parágrafo único. Em âmbito municipal, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a forma de cálculo da pontuação técnica.

CAPÍTULO X DA CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DE USO DISSEMINADO

Art. 18. O processo de gestão estratégica das contratações de software de uso disseminado no Município deve ter em conta aspectos como adaptabilidade, reputação, suporte, confiança, a usabilidade e considerar ainda a relação custo-benefício, devendo a contratação de licenças ser alinhada às reais necessidades do Município com vistas a evitar gastos com produtos não utilizados.

CAPÍTULO XI DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS MAIS VANTAJOSOS

Art. 19. Na negociação de preços mais vantajosos para a administração, o Agente de Contratação ou a Pregoeira poderá oferecer contraproposta.

CAPÍTULO XII DA HABILITAÇÃO

Art. 20. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



Parágrafo único. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Art. 21. Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou a Pregoeira realize diligência para confirmar tais informações.

Art. 22. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

CAPÍTULO XIII DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 23. Em âmbito municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, sendo vedada a adoção do sistema de registro de preços para contratação de obras de engenharia, bem como nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 24. As licitações municipais processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência.

§ 1º. Em âmbito municipal, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

§ 2º. O edital deverá informar o quantitativo mínimo previsto para cada contrato oriundo da ata de registro de preços, com vistas a reduzir o grau de incerteza do licitante na elaboração da sua proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor direito subjetivo à contratação.

Art. 25. Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação deverá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de intenção de registro de preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

§ 1º. O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado mediante justificativa.

§ 2º. Cabe ao órgão ou entidade promotora da licitação analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.



§ 3º Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.

Art. 26. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

Art. 27. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 28. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho fundamentado.

Art. 29. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO XIV DO CREDENCIAMENTO

Art. 30. O credenciamento poderá ser utilizado quando a administração pretender formar uma rede de prestadores de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

§ 1º. O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.



§ 2º. A administração fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.

§ 3º. A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§ 4º. Quando a escolha do prestador for feita pela administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 5º. O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

§ 6º. O prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados.

CAPÍTULO XV DO REGISTRO CADASTRAL

Art. 31. Enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previsto no art. 87 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o sistema de registro cadastral de fornecedores do Município será regido, no que couber, pelo disposto na Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018 (Sicaf – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese as licitações realizadas pelo Município serão restritas a fornecedores previamente cadastrados na forma do disposto no caput deste artigo, exceto se o cadastramento for condição indispensável para autenticação na plataforma utilizada para realização do certame ou procedimento de contratação direta.

CAPÍTULO XVI DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA

Art. 32. Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Município e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.

Parágrafo único. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei n.º 14.063, de 23 de setembro de 2020.

CAPÍTULO XVII DA SUBCONTRATAÇÃO

Art. 33. A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2.024 - PROCESSO SA/DL Nº 214/2.024 – FLS 59**



instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.

§ 1º. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

§ 2º. É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratada, com características semelhantes.

§ 3º. No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

CAPÍTULO XVIII DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Art. 34. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

Parágrafo único. O edital ou o instrumento de contratação direta, ou alternativamente o contrato ou instrumento equivalente, poderá prever apenas o recebimento definitivo, podendo ser dispensado o recebimento provisório de gêneros perecíveis e alimentação preparada, objetos de pequeno valor, ou demais contratações que não apresentem riscos consideráveis à Administração.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



CAPÍTULO XIX DAS SANÇÕES

Art. 35. Observados o contraditório e a ampla defesa, a inexecução total ou parcial do contrato celebrado ou compromisso assumido, autoriza a aplicação de multa:

I - de 20 a 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total ou parte da obrigação não cumprida;

II - no valor igual à diferença de preço resultante da nova contratação realizada para complementação do interrompido;

Parágrafo único. As penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo são alternativas, prevalecendo a de maior valor.

CAPÍTULO XX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. Em âmbito municipal, a convocação dos interessados em participar do certame licitatório será efetuada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na página eletrônica mantida no site oficial do Município de Monte Alto-SP, assim como em aviso resumido no Diário Oficial do Município e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Até a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas, a publicidade dos procedimentos fundados nas Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº10.520, de 17 de julho de 2002 e nº 14.133, de 1º de abril de 2021 far-se-á no Diário Oficial do Município, no Portal da Transparência e nos demais meios de divulgação aplicáveis no caso concreto.

Art. 37. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Alto, 27 de julho de 2.024.